

Município de Sapucaia do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
IPTU	isenção art. 13 seção v capítulo I Lei 01/2017 - compl.	agremiação esportiva/cultural, Instituições sem fins lucrativos, aposentados, viúvas, pensionistas, órfãos, anciões, reconhecidamente pobre	1.305.453,00	1.338.089,33	1.364.851,11	Vide Obsevação abaixo
IPTU	Bom Pagador art.25 seção IX Lei 01/2017 - compl.	O pagamento da cota única de 2 (dois) exercícios consecutivos, até o prazo de vencimento, implicará em desconto adicional de 5% (cinco por cento), na cota única do primeiro exercício subsequente	206.936,00	212.109,40	216.351,59	
ITBI	Habitação art.3º §3 Lei 3839/2018	Loteamento Vila Corsan Primeira Transmissão	120.000,00	120.000,00	120.000,00	
ITBI	Minha Casa Minha Vida art. 2º Inciso I Lei nº 3632/2015	Projeto Minha Casa PAR	100.000,00	100.000,00	100.000,00	
TOTAL			1.632.389,00	1.770.198,73	1.701.202,70	-

Fonte:

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2021 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2021 e 2022, foram claculados a partir dos valores de 2020, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2021: 2,50%

Inflação para 2022: 2,00%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

